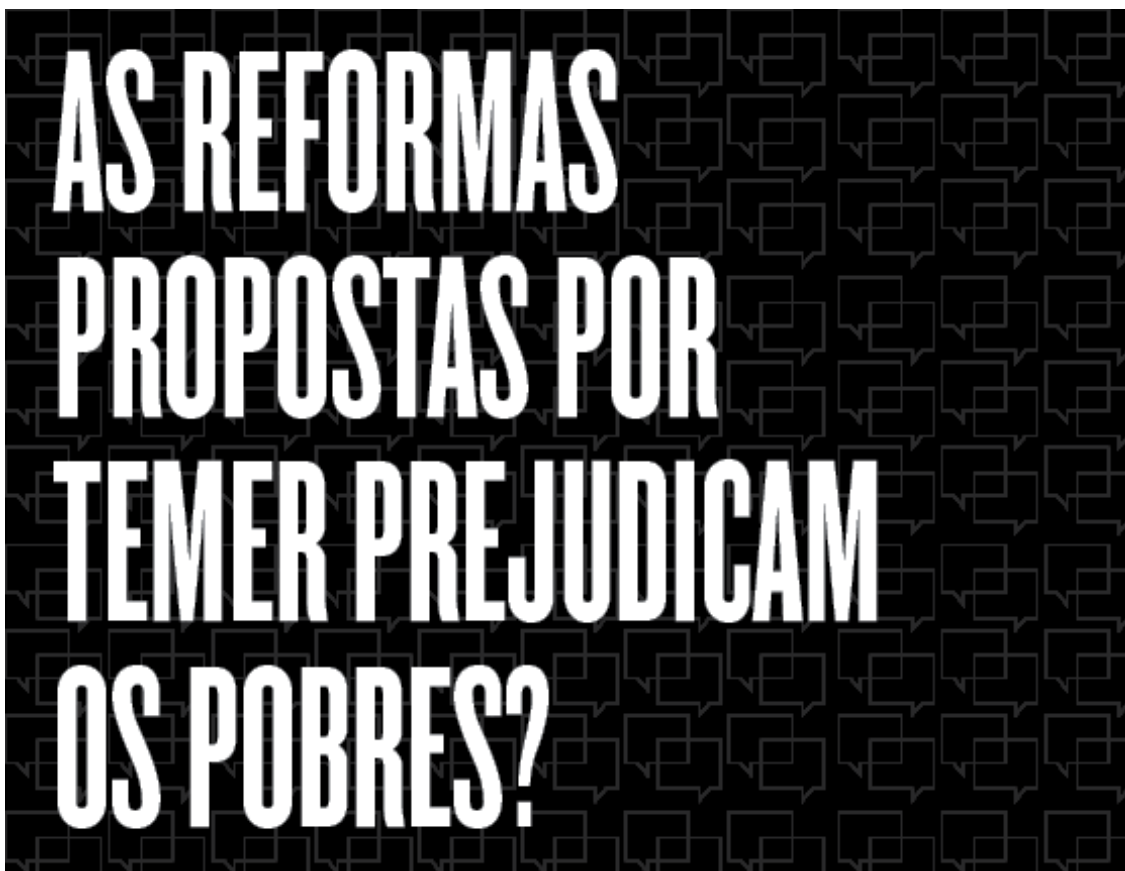


As reformas propostas por Temer prejudicam os pobres?

epoca.globo.com/economia/noticia/2017/04/reformas-propostas-por-temer-prejudicam-os-pobres.html



Centrais sindicais e frentes de movimentos sociais prometem iniciar, nesta sexta-feira, 28 de abril, uma greve geral grande o bastante para deter as reformas econômicas propostas pelo governo federal. Não se pode negar a necessidade de reformas no país. O déficit da Previdência saltou de R\$ 29 bilhões no primeiro trimestre de 2016 para R\$ 40 bilhões no primeiro trimestre deste ano. O rombo, neste ano, deverá chegar a R\$ 274 bilhões, segundo as projeções do Tesouro Nacional. Trata-se de um crescimento de 80% sobre o déficit já preocupante de R\$ 152 bilhões registrado em 2016. O desequilíbrio nas contas da Previdência é agravado pela crise financeira e pelo alto desemprego. No terreno da criação de empregos, o Brasil também tem problemas – o peso dos encargos sobre o empregador e o grande número de ações na Justiça do Trabalho distanciam o país das economias mais dinâmicas. Apesar disso, as reformas, ao menos no formato apresentado pelo governo, encontram forte resistência entre a população e no Congresso, mesmo entre aliados.

[>> As propostas dos organizadores da greve](#)

[>> Promessa de João Doria a servidores cria mal-estar com Uber e 99](#)

Um argumento difundido entre os críticos é que as reformas trabalhista e previdenciária, assim como a lei que regulamenta a terceirização, prejudicarão principalmente os pobres. A esse respeito, ÉPOCA ouviu dois estudiosos do tema: o cientista social Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e o economista **Marcelo Neri**, pesquisador na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



ÉPOCA – Qual é o impacto das reformas propostas pelo governo sobre os brasileiros pobres?

Clemente Ganz Lúcio – A regra proposta tem um impacto: exclui os mais frágeis. Estimamos que um terço da população com mais de 55 anos, ao chegar aos 65, não terá cumprido 25 anos de contribuição [o mínimo para requerer a aposentadoria]. São pobres, que transitam entre ocupações precárias, entre os mercados formal e informal. Numa vida laboral de 30, 40, 50 anos, não acumulam 25 anos de contribuição. E o sistema não compensa isso com assistência. O governo poderia dizer: aqueles que não tiverem aposentadoria terão uma assistência. Mas não, ele diz o contrário. Os miseráveis terão alguma assistência, aos 68 anos. E os que não chegam a ser miseráveis ficarão desassistidos. Diz o governo: “Ah, se ele tem 20 anos de contribuição, pode na velhice trabalhar mais cinco e chegar aos 25 de contribuição”. Os dados nos dizem que 80% daqueles que seguem trabalhando com mais de 65 anos ficam na informalidade. Qual é a chance de esse cidadão, que não conseguiu cumprir o tempo de contribuição mínimo ao longo da vida, conseguir na velhice uma inserção no mercado formal? Qual é o sentido de fazer uma reforma que promove a exclusão? Uma reforma da Previdência deveria contemplar o financiamento e a gestão do sistema. É um absurdo se concentrar só nas definições paramétricas [ou seja, de dados baseados em probabilidades, como o envelhecimento da população].

ÉPOCA – Essa é a reforma da Previdência. E qual o senhor acha que será o impacto da reforma trabalhista sobre os pobres?

Ganz Lúcio – Ela vai transformar parte do que hoje é precário e ilegal numa relação precária formal. O trabalho intermitente, a jornada parcial, formas de contratação precárias passarão a ser legais. Parte da proteção de hoje deixa de existir, então a empresa deixa de ter aquele custo. Parte do que era passivo trabalhista deixa de ser. A hora extra, que tem um valor de punição, para que a empresa não abuse das horas extras. Agora, a legislação nova diz que ela pode compensar em seis meses. A empresa perde o ônus da hora extra. Isso acarreta [para o funcionário] problemas de saúde, segurança e produtividade. A condição precária passa a ser reconhecida como adequada. O projeto do governo promove a produtividade espúria, alcançada pela superexploração do trabalho, pela flexibilização, pela piora nas condições ou pelo arrocho salarial. Essa produtividade espúria consolida uma distribuição perversa de renda e de resultados econômicos. Se a precarização se consolida, leva a uma queda na

receita da Previdência. Daqui a dez anos teremos de fazer uma reforma da Previdência mais radical, por causa da queda da contribuição. A experiência internacional mostra: mesmo nas economias desenvolvidas, onde há formas de precarização, discutem-se novas formas de financiar a Previdência, senão não haverá como segurar a proteção aos mais velhos.

ÉPOCA – Que tipo de resultado o senhor espera da greve convocada para 28 de abril?

Ganz Lúcio – A greve de agora começa a ganhar força porque a sociedade começa a perceber que as mudanças em curso contrariam a construção de um sistema de proteção e promoção social. Nesse movimento, a sociedade, sindicatos, movimento estudantil, igrejas, associações de bairro dizem “não estamos satisfeitos. Estamos manifestando profunda contrariedade com o processo em curso”. É um alerta para todos os agentes econômicos e políticos – Congresso, governadores, presidente, líderes empresariais. A sociedade não está concordando com esse caminho.



ÉPOCA – Como a reforma da Previdência afeta os mais pobres?

Marcelo Neri - A discussão da Previdência é muito afeita à classe C, mas não à classe E e muito menos à chamada classe E2, que seriam os pobres e os extremamente pobres. Estamos falando dos 10% da população com renda mensal até R\$ 223 por pessoa. Os custos da Previdência não afetam tanto os mais pobres e os benefícios dela afetam por um aspecto muito simples: sem a reforma, [o governo] não vai ter dinheiro para fazer nada.

ÉPOCA – Mas e os pobres aposentados?

Neri – Os aposentados não são pobres. Em 2014, a taxa de pobreza no Brasil era de 8%. A taxa de pobreza na faixa etária de 0 a 4 anos era de 15%. Na faixa dos aposentados, de 60 anos ou mais, era de apenas 1,4%. A taxa de pobreza das crianças é 1.000% maior que a dos idosos. Claro que não é o caso de ignorar os idosos. Mas é o caso de moderar esse gasto porque, sem uma redução de gastos, vai faltar dinheiro para tudo. Quem vai pagar essa conta, de uma forma ou de outra, serão as crianças e os jovens. Supostos amigos dos pobres ou amigos dos

jovens estão falando que, com uma nova conta da Previdência, eles terão de contribuir por 40 anos... Mas, se o Estado não tiver dinheiro, eles vão ter de contribuir do mesmo jeito. É melhor contribuir sabendo o que vai acontecer.

ÉPOCA – E a reforma das leis trabalhistas, como afeta os mais pobres?

Neri – A reforma trabalhista é muito uma discussão de sindicatos e grupos organizados. Esses grupos não são pobres, tecnicamente falando. O trabalhador pobre não fica desempregado, mesmo numa crise como a de agora. Ele cai na informalidade. Aí, ele tem zero proteção. As leis são muito rígidas, a defesa dos sindicatos acaba sendo para poucos, e não para aqueles que estão na base da distribuição. O problema do pobre não é a precarização do emprego formal. O problema maior dele é a informalidade. É ter zero direito. A legislação trabalhista é antiga, tem mais de 70 anos. Não é o caso de jogar no lixo, mas o acúmulo de distorções precisa ser enfrentado. De maneira geral, quem está tomando as decisões nesse assunto, no Brasil, é a Justiça do Trabalho. Segundo dados do Imposto de Renda, o pagamento a advogados trabalhistas é maior do que o pagamento para todas as outras causas e mesmo honorários médicos. Isso é o que o brasileiro gasta, privadamente, fora o custo do Estado. A esse custo financeiro se soma o custo da incerteza. O empregador não sabe quanto vai pagar, o trabalhador não sabe quanto vai receber, acaba sendo ruim para todo mundo. É verdade que a Justiça do Trabalho tem um certo viés pró-trabalhadores, mas, mesmo para eles, é caro demais. Ao tirar essa incerteza, poderíamos dar passos grandes. Todos ganhariam com isso.

ÉPOCA – Quais políticas beneficiam realmente os mais pobres?

Neri – O que diz respeito a eles é o que você faz com o Bolsa Família, creches, campanhas de vacinação, ensino fundamental público... São políticas voltadas para a base de distribuição da renda. Se não tiver dinheiro, o Estado não vai poder desempenhar o seu papel de oferecer saúde e educação àqueles que mais precisam. A reforma tem razões de justiça social.